




XVII ENANPUR

SÃO PAULO • 2017



Desenvolvimento regional no Brasil: inserção subordinada na economia mundial e fragmentação do território

Regional development in Brasil: subordinated
insertion in the world economy and
fragmentation of the territory

*Ivo Marcos Theis, PPGDR/Universidade Regional de
Blumenau, ivotheis@gmail.com*

*Luciana Butzke, Universidade Regional de Blumenau,
luemtese@gmail.com*

RESUMO

O principal propósito neste artigo é analisar o desenvolvimento regional no Brasil, a partir da forma como o país tem se inserido na economia mundial, com vistas a captar o seu sentido histórico-político mais profundo. A hipótese é de que o sentido do complexo processo de mudança social que vem ocorrendo no território brasileiro é o de uma formação social semiperiférica que, submetida ao caráter desigual do desenvolvimento capitalista, tem se inserido passivamente na economia mundial, ao longo de uma trajetória que tem origem no período colonial e se estende até a entrada do século XXI. A essa inserção subordinada tem correspondido uma fragmentação do território em regiões funcionais ao processo de acumulação de capital. Para lograr-se o objetivo proposto, recorre-se tanto à economia quanto à geografia, assim como ao passado colonial do Brasil e à sua formação. Em todos os casos, privilegia-se um diálogo com intérpretes selecionados do que tem sido designado por pensamento social brasileiro.

Palavras Chave: Brasil; desenvolvimento desigual; desenvolvimento regional; formação social semiperiférica; território.

ABSTRACT

The main purpose of this article is to analyse regional development in Brazil from the way the country has been inserted in the world economy, in order to grasp its deeper historical and political sense. The hypothesis is that the sense of the complex process of social change taking place in Brazil is that of a semi-peripheral social formation which, subject to the uneven character of capitalist development, has been inserted passively in the world economy, along a trajectory which originates in the colonial period and extends to the entrance of the XXI century. To this subordinate insertion has matched a fragmentation of the territory in functional regions to the capital accumulation process. To achieve the proposed objective, this brief analysis of regional development in Brazil relies on both economics and geography, as well as on the colonial past and its formation. In all cases, emphasis is given to a dialogue with selected interpreters of the Brazilian social thought.

Keywords: Brazil; regional question; semi-peripheral social formation; uneven development; territory.

INTRODUÇÃO

Desenvolvimento regional é uma expressão que sugere o desenvolvimento de uma região. Mas, o que é região? E o que é desenvolvimento? Respostas a estas questões obrigam a buscar auxílio na geografia e na economia.

Quanto ao primeiro destes termos, observava Milton Santos, em 1985, que, então, se argumentava,

com grande insistência, que a antiga noção de *região* não pode resistir às configurações atuais da economia, governada, nos diversos países, por uma internacionalização do capital que abarca novas formas. Houve um momento em que a região era considerada como a categoria *par excellence* do estudo espacial (Santos, 2008, p. 87).

Ele acrescentaria que, “apesar da precedência de uma lógica maior, a da formação social nacional como um todo sobre o fenômeno regional, este parecia dotado de uma certa autonomia” (Santos, 2008, p. 87). Contudo, dadas as circunstâncias referidas, como entender a região? Uma pista para se compreender a região era reconstruir essa *fração da realidade concreta* a partir de um conjunto de *variáveis* que constituem sua *estrutura interna* como, por exemplo, “a população e seus ritmos e classes, as atividades e seus ritmos, as instituições, a base territorial (e fundiária), as estruturas do capital e do trabalho utilizadas, os processos de comercialização, os ritmos da circulação interna e para fora etc.” (Santos, 2008, p. 96). Se se tomar uma formação social nacional concreta, como o Brasil, poder-se-á perceber que “a articulação entre [essas] diversas frações do território se opera exatamente através dos fluxos que são criados em função das atividades, da população e da herança espacial” (Santos, 2008, p. 96).

Com um pouco mais de precisão, pode-se considerar, para os interesses aqui em vista, que por região se entende um espaço geográfico, delimitado a partir de um critério (ambiental, cultural...) determinado. Embora viesse sendo empregado para designar aglomerados de Estados nacionais, o conceito de região oriundo da geografia – e é este que importa no presente caso – reporta à escala subnacional: trata-se de “um subespaço do espaço nacional total” (Santos, 2008, p. 90). Mas, também nesta escala, o espaço da região é produto de certa geopolítica. Regionalizar significa territorializar, produzir fronteiras no âmbito de uma formação social nacional. Região é um espaço geográfico, relativo e relacional, que se distingue de outros espaços delimitados por um mesmo critério (espaços contíguos ou não); portanto, *uma região que se distingue de outras regiões*.

Com referência a desenvolvimento, este é um termo que envolve controvérsia maior. Basta lembrar os adjetivos (econômico, social, local, regional, endógeno, sustentável etc.) que lhe foram associados para conferir-lhe um significado mais preciso. O ponto de partida aqui é a economia heterodoxa de Celso Furtado, sobretudo, os seus estudos sobre o *subdesenvolvimento*. Uma aproximação inicial remete à biologia: um tecido, um órgão, um organismo se desenvolve, se expande, ganha corpo e volume, é *organizado* a partir do metabolismo com o meio físico circundante. Mas, a metáfora para por aí: um organismo vivo nasce, se desenvolve e morre – e a vida continua. Diferentemente da biologia, a ciência econômica convencional imprimiu um significado a *desenvolvimento* que o reduz a *crescimento*: assim, a atividade econômica é um subsistema que cresce – e, segundo essa ciência econômica convencional, pode e deve continuar crescendo – indefinidamente, mesmo que num ecossistema mais amplo, limitado tanto em termos materiais (fisicamente) quanto em termos energéticos (entropicamente). A percepção de desenvolvimento como um processo – de expansão ilimitada das forças produtivas – que envolve absorção de matéria-energia do entorno para produzir não valores de uso, mas mercadorias, para

produzir não apenas mercadorias, mas relações sociais (que reproduzem um desenvolvimento orientado à produção de mercadorias), suscita – por exemplo, desde a economia heterodoxa de Celso Furtado – um questionamento quanto ao seu sentido, aos valores nele implícitos.

Porém, *desenvolvimento regional* não resulta apenas do aporte destes dois campos de conhecimento. Trata-se de um objeto de estudo multidisciplinar, porque referido a um processo de desenvolvimento (econômica, social, política e espacialmente) desigual, que não cabe numa única disciplina do saber humano. Este desenvolvimento é desigual por fundar-se em desigualdades previamente existentes (entre campo e cidade, pobres e ricos, resquícios de formações pré-capitalistas e o *capitalismo...*) e gerar novas desigualdades (Harvey, 2006; Smith, 1988).

A partir da consideração dessas determinações se pode, então, formular o *objetivo* que se tem com este artigo: *examinar o desenvolvimento regional no Brasil, a partir da forma como este tem se inserido na economia mundial, com vistas a captar o seu sentido histórico-político mais profundo*. Significaria isso *rememorar* fatos eventualmente relevantes, visando testar a hipótese de que o Brasil constitui uma formação social cujo grau de desigualdade social/espacial se mantém em patamares absurdamente elevados (Furtado, 2001, p. 428), desde que os portugueses o ocuparam no início do século XVI? De fato, não. Recorrer à história significa antes atentar para *alguns* fatos que, tendo se insinuado num dado ponto do tempo, percorrem a sua linha para, em outro ponto, manifestar-se de forma explícita. Pode-se, por exemplo, pensar – e é o que aqui se coloca em primeiro plano – nas *perspectivas* do Brasil¹.

Logo, a *hipótese* central que se procura testar pode ser formulada como segue: *o sentido histórico-político do desenvolvimento regional no Brasil, com suas implicações econômicas, políticas, culturais e ecológicas; portanto, o sentido desse complexo processo de mudança social que vem tendo lugar no território brasileiro, é o de uma formação social semiperiférica que se tem inserido subordinada e passivamente na economia mundial, ao longo de uma trajetória que tem origem no período colonial, estendendo-se até a entrada do século XXI*.

Com referência à *metodologia*, o artigo resulta de investigação interdisciplinar, a qual, ademais da economia e da geografia, também contempla a história. A propósito: evocar a história, como se pretende nesta intervenção, sugere que “tudo o que [...] diz respeito [a nossa vida] está sempre em processo e, em consequência, não fica fechado nos limites de seu tempo ou da História em geral, exercendo sua influência, enquanto sinal de testemunho, num campo meta-histórico” (Bloch, 1973, p. 7).

Um dos *resultados* que se pode antecipar indica que o interesse na consecução do processo *histórico* de formação do Brasil enquanto Estado-nação tem se manifestado em diferentes momentos, sobretudo, desde o século XVIII. Mas, as forças que se empenham em interromper dito processo têm sido mais bem sucedidas até o presente. Mas, de que significado de história, afinal, se trata? De um que evoca a “consciência essencial e indefectível de todo o não ocorrido, de tudo que eternamente almejamos, dos caminhos não percorridos, porém sobre os quais convém avançar [...] nas confusas encruzilhadas e paradoxos que constituem o nosso destino” (Bloch, 1973, p. 7). De forma que aqui “a História [...] se apresenta [...] enquanto viagem dura e perigosa, paixão, peregrinação, errância, em busca da pátria perdida; cheia de trágicos distúrbios,

¹ Ou seja: “de saber se temos um futuro como nação que conta na construção do devenir humano. Ou se prevalecerão as forças que se empenham em interromper o nosso processo histórico de formação de um Estado-nação” (Furtado, 1992, p. 35).

fervente, atormentada por abismos, erupções, promessas isoladas, descontinuamente atingida pela consciência ética da luz” (Bloch, 1973, p. 7).

Reiterando: o objetivo principal neste artigo – que, além desta introdução, contem mais duas seções e a conclusão – é examinar o desenvolvimento regional no Brasil, uma formação social semiperiférica, portanto, submetida ao caráter desigual do desenvolvimento capitalista, recorrendo à economia e à geografia, ao passado colonial e à sua *formação*. Embora se esteja ciente das dificuldades envolvidas na perseguição deste propósito, uma ambição adicional neste breve e modesto exame do desenvolvimento regional no Brasil é privilegiar um diálogo com intérpretes do *pensamento social brasileiro*.

A COLONIZAÇÃO QUE SE PROLONGA AOS DIAS ATUAIS

Desde a sua ocupação pelos portugueses, no século XVI, ao Brasil foram *atribuídas* tarefas subalternas. Daí que seu território tenha sido, desde os primórdios, *desorganizado* em regiões. Assim, tal como em escala global, também entre as *regiões* brasileiras vêm se reproduzindo desigualdades. No século XVI, os portugueses localizaram no que hoje é o Nordeste brasileiro o fundamental de suas atividades de exploração: a extração do pau-brasil e os engenhos de cana-de-açúcar. Depois, desceram em direção às minas e extraíram ouro e diamante. Mais adiante, superada a etapa colonial, o Brasil enveredou pelo cultivo do café, importante produto de exportação até meados do século XX. A partir dos anos 1930, avançaria em direção à industrialização. Em cada um dessas *fases*, o capital explorou a natureza e os seres humanos – os índios, povos originários, e depois, os negros, arrancados da África – para valorizar-se. De maneira que, desde o primeiro momento da ocupação, o território tenha sido *desorganizado* em regiões. Nesta seção procurar-se-á examinar o desenvolvimento regional no Brasil, recorrendo-se à história e à geografia, ao passado colonial e à *formação* e, sobretudo, à parte do que se convencionou chamar *pensamento social brasileiro*. Como ponto de partida, há que perguntar-se: de que resulta o Brasil?

Todos os grandes acontecimentos desta era, que se convencionou com razão chamar dos *descobrimientos*, articulam-se num conjunto que não é senão um capítulo da história do comércio europeu. Tudo que se passa são incidentes da imensa empresa comercial a que se dedicam os países da Europa a partir do século XV, e que lhes alargará o horizonte pelo Oceano afora (Prado Jr., 2000, p. 11; ver também Furtado, 1977, p. 5).

Especialmente, no caso de Portugal, “o surto marítimo que enche [a] história [do pequeno reino lusitano] do século XV” resultaria dos ímpetus de “uma burguesia comercial sedenta de lucros, e que não encontrava no reduzido território pátrio satisfação à sua desmedida ambição” (Prado Jr., 1979, p. 13). Portanto,

No seu conjunto, e vista no plano mundial e internacional, a colonização dos trópicos toma o aspecto de uma vasta empresa comercial [...] destinada a explorar os recursos naturais de um território virgem em proveito do comércio europeu. É este o sentido da colonização tropical, de que o Brasil é uma das resultantes (Prado Jr., 1981, p. 22-23).

A consequência da expansão dos iberos pelos mares, entre fins do século XV e princípios do século XVI, em cujo contexto se inscreve a conquista das terras brasileiras, é que eles:

estabeleceram, assim, os fundamentos do primeiro sistema econômico mundial, interrompendo o desenvolvimento autônomo das grandes civilizações americanas. Exterminaram, simultaneamente, milhares de povos que antes viviam em prosperidade e alegria, espalhados por toda a terra com suas línguas e com suas culturas originais (Ribeiro, 2012, p. 65).

DA OCUPAÇÃO À INDEPENDÊNCIA POLÍTICA

Ao longo dos três primeiros séculos de existência do Brasil, houve uma lenta ocupação de seu território, em princípio, desconsiderada. É que “a ideia de povoar não ocorre” aos *descobridores*; “é o comércio que os interessa, e daí o relativo desprezo por este território primitivo e vazio que é a América” (Prado Jr., 2000, p. 12; ver também Prado Jr., 1979, p. 14).

No entanto, de 1530 em diante, esse desprezo daria lugar à preocupação com a exploração de uma atividade lucrativa. De fato, “na extensa faixa costeira, onde impera a lavoura açucareira, o caráter da grande exploração é incontestável” (Prado Jr., 1979, p. 21). Portanto, ao longo dos decênios seguintes, dar-se-ia uma ocupação, inicialmente, no vasto litoral da colônia, logo constituindo o Rio de Janeiro, a Bahia e Pernambuco os núcleos de povoamento mais importantes (Prado Jr., 2000, p. 32).

Assim, a ocupação das terras brasileiras se daria em decorrência da preocupação dos portugueses em extrair riquezas outras que não apenas aquelas geradas pela exploração do pau-brasil:

É a exploração em larga escala que, conjugando áreas extensas e numerosos trabalhadores, constitui-se como uma única organização coletiva do trabalho e da produção [...] O seu elemento central é o *engenho*, isto é, a fábrica propriamente, onde se reúnem as instalações para a manipulação da cana e o preparo do açúcar (Prado Jr., 1981, p. 37).

A atividade agrícola implantada nas terras brasileiras viria a produzir, agora, as riquezas que, nas primeiras décadas após a descoberta, em vão se esperavam da atividade de extração do pau-brasil. Contudo, “na agricultura [...] o elemento fundamental será a grande propriedade monocultural trabalhada por escravos” (Prado Jr., 2000, p. 117).

Caio Prado Jr. observará, a propósito, que “não há [...] modificações substanciais do sistema colonial [baseada na grande propriedade, na monocultura da cana-de-açúcar e no trabalho escravo] nos três primeiros séculos de nossa história” (Prado Jr., 2000, p. 123; ver também Furtado, 1977, p. 8).

Portanto, a exploração da cana-de-açúcar em regime de grande propriedade em lugar da simples extração de pau-brasil oferecerá aos *descobridores* o pretexto para consolidarem sua presença na colônia². Para viabilizar seu espetacular empreendimento, os portugueses mobilizaram força de trabalho, inicialmente, nas terras da própria colônia, mas logo apelariam para a oriunda da África (Furtado, 1982, p. 95; ver também p. 105-106).

Enfim, o que se vai revelar neste período inicial, de pouco mais de um século, é a dupla preocupação dos portugueses com o controle do território de sua colônia e com a geração sustentada de riquezas pela exploração de atividade não-extrativa baseada na exploração de mão-

² “O êxito da grande empresa agrícola do século XVI – única na época – constituiu [...] a razão de ser da continuidade da presença dos portugueses em uma grande extensão das terras americanas” (FURTADO, 1977, p. 12).

de-obra escrava. Contudo, a exploração da cana-de-açúcar logo encontraria obstáculos. Que dificuldades eram essas que já nos meados do século XVII obstaculizariam a empresa agro-mercantil dos portugueses?

menos de um decênio depois da expulsão dos holandeses do Brasil [1654], operava nas Antilhas uma economia açucareira de consideráveis proporções, cujos equipamentos eram totalmente novos, e que se beneficiava de mais favorável posição geográfica (Furtado, 1977, p. 26).

Ao perder fôlego a exploração da cana-de-açúcar, parecia esgotar-se o potencial econômico da colônia para os portugueses. Mas, não demoraria a surgir outra importante fonte de riquezas: o ouro (Prado Jr., 2000, p. 171-187). O ouro apareceria, inicialmente, nos arredores de Taubaté, em São Paulo. Mas, logo também seria descoberto em Minas Gerais (1698). Um pouco mais tarde, Mato Grosso (1719) e Goiás (1725) também seriam incorporados às áreas de mineração (Ribeiro, 2012, p. 372).

Embora se passasse a explorá-lo já desde a segunda metade do século XVII, seu auge ocorreria em meados do século XVIII (Furtado, 1977, p. 78).

É certo que Portugal se beneficiou da exploração mineral de sua colônia. Mas, ver-se-á logo que a maior beneficiária acabaria sendo a Inglaterra. Do ponto de vista da colônia, se esta pudesse lastimar-se de suas perdas, poder-se-ia considerar a estimativa segundo a qual a subtração de riquezas, apenas durante o período colonial, somente nesta modalidade, tenha alcançado 1.400 toneladas de ouro e três milhões de quilates de diamantes (Ribeiro, 2012, p. 372).

Quanto ao benefício da Inglaterra com o ouro brasileiro, Celso Furtado observou que:

Para a Inglaterra o ciclo do ouro brasileiro trouxe um forte estímulo ao desenvolvimento manufatureiro, uma grande flexibilidade à sua capacidade para importar, e permitiu uma concentração de reservas que fizeram do sistema bancário inglês o principal centro financeiro da Europa (Furtado, 1977, p. 35).

Na segunda metade do século XVIII se afigurava a presença mais pronunciada da Inglaterra nas relações entre a Metrópole e a colônia. Se antes ela era pouco perceptível, na medida em que se desenrolam os conflitos no continente europeu, Portugal, pequeno reino agora já enfraquecido³, cairia submetido à nação que se ia tornando economicamente hegemônica. Como se sabe, o Brasil não pagaria apenas com o ouro por essa submissão da Metrópole.

Se o ouro reconectava a colônia à Europa, se, portanto, o ciclo da mineração propiciava novas possibilidades de geração de ganhos econômicos para os portugueses e, assim, reafirmava a condição do Brasil como provedor de riquezas para poderes externos, ele também produziria desdobramentos internos.

As transformações provocadas pela mineração deram como resultado final o deslocamento do eixo econômico da colônia, antes localizado nos grandes centros açucareiros do Nordeste (Pernambuco e Bahia). A própria capital da colônia (capital mais de nome, pois as diferentes capitanias, que são hoje os Estados, sempre foram mais ou menos independentes entre si, subordinando-

³ Sobre a cada vez mais frágil condição do pequeno reino lusitano e suas consequências para a colônia ver Prado Jr. (2000, p. 242 e nota de rodapé 14 p. 244; e tb. 1981, p. 119, 128-129).

se cada qual diretamente a Lisboa) transfere-se em 1763 da Bahia para o Rio de Janeiro. As comunicações mais fáceis das minas para o exterior se fazem por este porto, que se tornará assim o principal centro urbano da colônia (Prado Jr., 1981, p. 64).

Em princípios do século XIX se observaria, então, um cenário consideravelmente modificado em comparação com aquele dos três séculos iniciais, período durante o qual a vida, econômica do Brasil se confinava a uma reduzida fração de seu território (Furtado, 1977, p. 90).

É este território, fragmentado pela exploração portuguesa, que, na entrada do século XIX, inesperadamente, se tornaria sede da Monarquia. Os acontecimentos desse período se acelerariam em decorrência da disposição de grupos sociais descontentes com a dominação lusitana de procederem à independência. Entretanto, do período anterior, o que ficou? Que balanço se pode fazer dos três séculos de colonização?

o sentido da colonização brasileira [...] é o de uma colônia destinada a fornecer ao comércio europeu alguns gêneros tropicais ou minerais de grande importância: o açúcar, o algodão, o ouro [...] A nossa economia se subordina inteiramente a este fim, isto é, se organizará e funcionará para produzir e exportar aqueles gêneros. Tudo mais que nela existe [...] será subsidiário e destinado unicamente a amparar e tornar possível a realização daquele fim essencial (Prado Jr., 2000, p. 117; ver tb. p. 127, 235; idem, 1981, p. 103; e Furtado, 1977, p. 95).

De maneira que, nesses primeiros séculos de vida do Brasil, “o sistema colonial organizava-se, tanto legal e política, quanto fiscal e financeiramente, para drenar as riquezas de dentro para fora” (Fernandes, 2005, p. 41). E isso não era difícil de perceber, porquanto:

os processos econômicos, que ligavam tangencialmente a grande lavoura ao mercado externo (e, portanto, ao capitalismo comercial), desenrolavam-se na Metrópole ou nos países em que operavam os grupos financeiros que detinham o controle econômico do mercado dos produtos coloniais (Fernandes, 2005, p. 41).

O que, então, permanece desse período de formação inicial do Brasil?

as estruturas econômicas, sociais e políticas da sociedade colonial não só moldaram a sociedade nacional subsequente: determinaram, a curto e a longo prazos, as proporções e o alcance dos dinamismos econômicos absorvidos do mercado mundial (Fernandes, 2005, p. 180).

DA INDEPENDÊNCIA À REPÚBLICA

Ao longo do século XIX processar-se-iam importantes rupturas na vida econômica, social e política do país. Com efeito:

O Brasil passou, durante sua evolução econômica, social e política, por dois ciclos revolucionários. O primeiro deles ocorreu no contexto histórico da emancipação política e do desenvolvimento de um Estado nacional independente. O segundo deu-se no contexto da desagregação da ordem social escravista e senhorial (o nosso *antigo regime*) e da expansão da ordem social competitiva (Fernandes, 1975, p. 155-156).

Todavia, é preciso assinalar que “os dois ciclos revolucionários foram mais produto da transformação estrutural profunda da organização da economia e da sociedade, que de movimentos sociais conscientes e estruturados das elites tradicionais ou emergentes” (Fernandes, 1975, p. 156). No caso específico da primeira ruptura, parece claro que “a independência não gerou uma nação livre e integrada” (Fernandes, 1975, p. 156). Isso devido ao fato de que “o crescimento econômico, associado à expansão interna do capitalismo e à industrialização, não fez outra coisa senão manter sua posição dependente em relação ao exterior” (Fernandes, 1975, p. 156-157). Logo, quanto ao primeiro ciclo,

o controle legal da Metrópole e da Coroa apenas desapareceu para dar lugar a outra modalidade de controle externo: um controle baseado em mecanismos puramente econômicos, que restabelecia os nexos de dependência como parte das relações comerciais (Fernandes, 1975, p. 157).

Mas, em que, afinal, radicava a dificuldade da jovem nação independente em alcançar sua plena autonomia e desfrutar de sua efetiva soberania?

Como se trata de uma relação – a *relação* do Brasil com as sociedades nacionais do mesmo círculo de civilização e, em particular, com aquelas sociedades nacionais que detêm o controle do próprio processo civilizatório no âmbito dessa civilização – não se poderia alterar a atual situação unilateralmente. Para modificarmos essa posição relativa do Brasil e, com ela, o seu *destino histórico*, seria preciso introduzir alterações concomitantes em dois níveis distintos: o interno e o externo. Todavia, a organização e a orientação das forças que operam ao nível externo escapam ao controle de uma sociedade nacional determinada, especialmente, se ela preenche a condição de uma sociedade satélite e dependente, especializada no consumo das invenções culturais e no atendimento das necessidades econômicas ou de outra natureza das sociedades nacionais a que se subordina (Fernandes, 1975, p. 161).

Assim, embora no início da segunda década do século XIX, finalmente, fosse alcançada a independência política, laços de dependência econômica, em especial, as herdadas da Metrópole para com a Inglaterra, perdurariam e perturbariam a vida econômica, social e política do país. Com efeito, “se bem haja conseguido separar-se de Portugal em 1822, o Brasil necessitou vários decênios mais para eliminar a tutela que, graças a sólidos acordos internacionais, mantinha sobre ele a Inglaterra” (Furtado, 1977, p. 36). Aí está, pois, a presença, tão cedo na vida do país que recém conquistava a sua autonomia formal, da potência que vinha emergindo ao longo do século XVIII. No entanto, não apenas dívidas da Metrópole herdaria o Brasil independente, mas, sobretudo, relações nefastas que esta contraía com a Inglaterra nos momentos de maior dificuldade. Por isso, “pelo tratado de 1827, o governo brasileiro reconheceu à Inglaterra a situação de potência privilegiada, autolimitando sua própria soberania no campo econômico” (Furtado, 1977, p. 37; ver também Prado Jr., 1981, p. 137).

Para não se duvidar da subserviência dos portugueses abastecidos que passaram a governar a jovem nação independente, cabe lembrar que “os banqueiros ingleses (foram quase sempre a casa Rothschild), conluídos com os desonestos altos dignitários do Império, lançavam-se sem piedade sobre esta presa inerte que era a nação brasileira” recentemente independente (Prado Jr., 1981, nota de rodapé à p. 139).

Entretanto, por um lado, se o Brasil recém-independente havia que fazer face aos *compromissos assumidos* no período colonial, isso levaria a que sua autonomia política ainda tivesse que ser conquistada ao longo dos anos que se seguiram a 1822 (Prado Jr., 1979, p. 64-77; Furtado, 1977, p.

96). Por outro, restava a condição de dependência econômica, expressa na inserção do país na economia mundial como fornecedor de matérias-primas à base de força de trabalho escravo⁴ para economias que, desde fins do século XVIII, se colocavam a caminho da industrialização.

Ocorre que o Brasil recém-independente veria progressivamente enfraquecida sua posição apoiada na economia açucareira e, depois, na mineral. De que viveria, se haviam se tornado economicamente pouco relevantes o açúcar e o ouro, de cuja exportação o Brasil extraía as divisas para as suas necessidades de nação soberana? É certo que, a rigor, os frutos dos ciclos da cana-de-açúcar e da mineração apenas se fizeram sentir com a mudança da sede da monarquia para a colônia, em 1808. Até então não se podia ter noção da importância das divisas oriundas da venda do açúcar e do ouro. Contudo, a nação que se queria soberana teria necessidades, que teriam que ser financiadas de alguma maneira. “É no meio dessas grandes dificuldades que o café começa a surgir como nova fonte de riqueza para o país. Já nos anos trinta esse produto se firma como principal elemento da exportação brasileira e sua progressão é firme” (Furtado, 1977, p. 97). O café será, pois, o novo recurso com o qual o país se reinserirá na economia mundial. E sendo novo, ele chamará à superfície, logo em seguida à independência, uma nova *classe empresária*, que terá um protagonismo crescente na vida econômica e política, antes, durante e após o advento da república (Furtado, 1977, p. 114).

Não obstante, nem a independência política formal nem a crescente importância econômica do café contribuiriam para uma mudança qualitativa de vida dos brasileiros. Quem, a propósito, eram os brasileiros nos meados do século XIX? Pode ser avaliado:

em 6 milhões o número de negros introduzidos no Brasil como escravos até 1850, quando da abolição do tráfico; em 5 milhões o número mínimo de índios com que as fronteiras da civilização brasileira foram se defrontando [...] [que, porém, diminuiu em apenas dois séculos para 2 milhões]; e em 5 milhões, no máximo, o número de europeus vindos para o Brasil até 1950. Destes 5 milhões, apenas 500 mil ingressaram no Brasil antes de 1850 (Ribeiro, 2012, p. 228).

Assim, num rápido balanço, pode-se perceber o largo domínio de negros e, depois, de índios, em comparação com os brancos (em número muitíssimo reduzido até o fim da primeira metade do século XIX). Com o fim do tráfico, a entrada de africanos no Brasil diminuiria significativamente. Se, em 1849, ainda ingressaram 54 mil indivíduos, no ano seguinte este total cairia para 23 mil. Em 1856, ainda, entraram algumas centenas de africanos no país, mas de forma clandestina – “assinalemos que este último desembarque de escravos no Brasil foi efetuado pela escuna norte-americana *Mary Smith*” (Prado Jr., 1981, nota de rodapé à p. 153). Cabe ter presente que este fato repercutiria na geografia econômica do Império:

Efeito capital [da suspensão do tráfico] será o de desviar os escravos para as regiões mais prósperas em prejuízo das outras; a mão-de-obra no Norte começará a afluir para o Sul onde, graças ao café, ela se pagava com bons preços. Isto se percebeu e sentiu tão cedo que já em 1854 aparece no Parlamento um projeto de lei proibitiva do tráfico interprovincial de escravos. Seu autor é um dos mais destacados representantes do Norte, intimamente ligado aos grandes senhores de engenho de Pernambuco e da Bahia (João Maurício Wanderley, Barão de Cotegipe). A ideia não teve andamento; mas se substitui, em algumas províncias setentrionais, por taxas locais impostas sobre a saída de escravos (Prado Jr., 1981, p. 174).

⁴ Sobre a escravidão no século XIX ver Ribeiro (2012, p. 277-306 [cap. “organização social”]).

Com o fim do tráfico de escravos da África para o Brasil escassear-se-ia a força de trabalho – e não apenas no Norte/Nordeste. Milhões de brancos adentrariam o país de meados do século XIX em diante. Como e porque se daria isso? Os crescentes requisitos de mão-de-obra, tanto por parte da economia cafeeira quanto por outras atividades, sobretudo, no meio rural, mas, em parte também na cidade, não podiam mais ser atendidos pelo ingresso de escravos africanos. Daí o estímulo à ocupação por colonos europeus (Ribeiro, 2012, p. 436-437).

De forma que a partir da segunda metade do século XIX verificar-se-ia um branqueamento do país. Os brancos antes existentes, somados aos que ingressaram após 1850, situar-se-ão, em comparação com os demais brasileiros, na condição de social e economicamente privilegiados. Não obstante, enfatize-se que, “mais do que preconceitos de raça ou de cor, têm os brasileiros arraigado preconceito de classe” (Ribeiro, 2012, p. 236).

A segunda metade do século XIX será marcada, então, por dois fatos geoeconômicos significativos: o primeiro deles diz respeito ao deslocamento da primazia de regiões localizadas ao Norte/Nordeste para o Centro-Sul do país, incluindo o Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo. Outro fato, de não menor relevância, corresponde à decadência das lavouras tradicionais – entre elas, sobretudo, a cana-de-açúcar, o algodão e o tabaco. Em paralelo se desenvolverá, como já assinalado, a produção do café, pouco importante até o fim da primeira metade do século XIX, mas que assumirá grande significado na geração de divisas dali em diante (Prado Jr., 1981, p. 157).

Em decorrência da “escassez de braços e [do] desequilíbrio demográfico entre as regiões do país”, o governo imperial lançaria mão da solução da imigração europeia, que se intensificaria precisamente após 1850. E, coincidindo com a entrada de força de trabalho europeia, dar-se-ia “o início da indústria manufatureira no país” (Prado Jr., 1981, p. 175). De forma que a combinação desses fatos – a perda de relevância das lavouras tradicionais, a crescente importância do café, a entrada maciça de imigrantes europeus, o deslocamento da primazia econômica do Norte/Nordeste para o Sudeste/Sul e aí um princípio de industrialização – permite afirmar que “a segunda metade do século XIX assinala o momento de maior transformação econômica na história brasileira” (Prado Jr., 1981, p. 192).

Do ponto de vista das relações inter-regionais – um aspecto crucial desta intervenção –, o território será cedo *fragmentado em regiões* que, por longo tempo, não se comunicam. É certo que as condições físicas não favoreciam uma ligação entre os povoamentos até o fim do período colonial. No entanto, os meios de transporte, convenientemente, se restringiram, até o século XIX, à navegação. Neste último, aliás,

a via de cabotagem voltará a ser articulação geral única do território brasileiro, e retorna-se ao primitivo sistema do início da colonização: uma via marítima, espinha dorsal das comunicações do país, em que se vem articular as vias de penetração perpendiculares ao litoral, desligadas inteiramente umas das outras. Fragmenta-se assim novamente a estrutura territorial brasileira (Prado Jr., 2000, p. 270).

Este e outros estrangulamentos se colocarão como obstáculos ao pleno desenvolvimento da jovem nação independente na passagem do século XIX para o século XX.

A PRIMEIRA REPÚBLICA: 1889-1930

O século XIX fechará com dois conhecidos eventos de não pouca relevância: a abolição da escravidão em maio de 1888 e o advento da república em novembro do ano seguinte. Evidentemente, terão repercussões consideráveis sobre aspectos fundamentais do desenvolvimento ulterior do país. Entretanto, em essência, serão poucas as modificações em benefício de maior autonomia econômica e melhoria das condições de vida de parcelas mais amplas da população (Prado Jr., 1981, p. 207).

Também se fortalecem internamente à economia brasileira os interesses comerciais estrangeiros, iniciativas do capital internacional em setores importantes como estradas de ferro, mineração, linhas de navegação, além da instalação de filiais de grandes bancos com sede nas economias centrais. Em decorrência, a industrialização se faria com muitas dificuldades. O pouco que existia até o início do século XIX seria liquidado com a abertura dos portos ao livre comércio, de 1808. Ademais, havia deficiência de fontes de energia, ausência de indústrias de base (como a siderurgia) e, sobretudo, inexistência de mercados consumidores (Prado Jr., 1981, p. 210, 257-258).

A despeito das condições desfavoráveis referidas, a indústria prosperará. Para isso concorre a existência de mão-de-obra, agora, relativamente, abundante – mas, de baixo preço. Em 1907, quando já havia 3.258 estabelecimentos industriais e 150,8 mil operários no Brasil, o Rio de Janeiro concentrava 40% da produção industrial, enquanto São Paulo participava com 16% e o Rio Grande do Sul com 15%. Treze anos depois, em 1920, o número de estabelecimentos passou para 13,3 mil e o de operários para 275,5 mil. A indústria de alimentação era então a mais importante (Prado Jr., 1981, p. 259-261).

Note-se, porém, que, já neste momento inicial, “mais sólido é um setor particular da indústria brasileira que se veio desenvolvendo, sobretudo, a partir da I Grande Guerra: [as] indústrias subsidiárias de grandes empresas estrangeiras” (Prado Jr., 1981, p. 266). Observando desde a perspectiva de seu potencial de autonomia nas decisões econômicas que lhe dizem respeito, “o país far-se-á [...], sem resistência alguma, em fácil campo para [as] operações do capital financeiro internacional” (Prado Jr., 1981, p. 270).

São esses os traços mais significativos da evolução econômica do país entre fins do século XIX até as primeiras décadas do século XX, com especial destaque para a *vocação à extroversão da economia brasileira*. Entretanto,

o desenvolvimento da primeira metade do século XX apresenta-se [também] como um processo de articulação das distintas regiões do país em um sistema com um mínimo de integração. O rápido crescimento da economia cafeeira – durante o meio século compreendido entre 1880 e 1930 – se por um lado criou fortes discrepâncias regionais de renda *per capita*, por outro dotou o Brasil de um sólido núcleo em torno ao qual as demais regiões tiveram necessariamente de articular-se [...] a região rio-grandense [...] foi a primeira a beneficiar-se da expansão do mercado interno induzido pelo desenvolvimento cafeeiro [...] A articulação com a região nordestina se faz por intermédio da própria economia açucareira [...] Por último a Amazônia se incluiu entre os beneficiários da grande expansão da região cafeeira-industrial (Furtado, 1977, p. 237).

Ao final do terceiro decênio do século XX pareceu, então, que se atingiam os limites da economia cafeeira, em parte, devido às condições internas, mas, principalmente, devido à redução da

demanda resultante da crise internacional. De fato, “deflagrada a crise no último trimestre de 1929, não foram necessários mais que alguns meses para que todas as reservas metálicas acumuladas à custa de empréstimos externos fossem tragadas pelos capitais em fuga do país” (Furtado, 1977, p. 185). Surpreendentemente, porém,

a política de defesa do setor cafeeiro nos anos da grande depressão concretiza-se num verdadeiro programa de fomento da renda nacional. Praticou-se no Brasil, inconscientemente, uma política anticíclica de maior amplitude que a que se tenha sequer preconizado em qualquer dos países industrializados (Furtado, 1977, p. 192).

Em consequência dos ajustes realizados com vistas a combater os efeitos da depressão, elevar-se-iam os preços dos bens importados. A procura por bens que, até este momento, eram importados conduz, então, à crescente relevância da demanda interna. O setor que produz para o mercado interno passa a desenvolver-se, favorecido, inclusive, pela fuga de capitais até então aplicados na economia cafeeira. De modo que “o fator dinâmico principal, nos anos que se seguem à crise, passa a ser, sem nenhuma dúvida, o mercado interno” (Furtado, 1977, p. 198).

A industrialização, obstaculizada por tantas dificuldades ao longo das décadas anteriores, finalmente, ganharia maior impulso.

A INDUSTRIALIZAÇÃO

Note-se, inicialmente, que houvera tentativas anteriores de industrialização no país. Com efeito,

O processo de industrialização começou no Brasil concomitantemente em quase todas as regiões. Foi no Nordeste que se instalaram, após a reforma tarifária de 1844, as primeiras manufaturas têxteis modernas e ainda em 1910 o número de operários têxteis dessa região se assemelhava ao de São Paulo. Entretanto, superada a primeira etapa de ensaios, o processo de industrialização tendeu naturalmente a concentrar-se numa região [...] O censo de 1920 já indica que 29,1 por cento dos operários industriais estavam concentrados no Estado de São Paulo. Em 1940 essa percentagem havia subido para 34,9, e em 1950 para 38,6 (Furtado, 1977, p. 238).

Contudo, uma industrialização mais consistente, que se processa em paralelo à expansão do mercado interno, principia mesmo nos anos 1930:

A consolidação do poder central, que se esboça em 1930 e se confirma em 1937, dota o país de um centro de decisões com considerável autonomia vis-à-vis dos grupos econômicos tradicionais. Caem as barreiras aduaneiras entre estados e tomam-se muitas outras medidas visando unificar o mercado nacional e a institucionalizar distintos grupos econômicos, que assim poderiam ser utilizados como pontos de apoio do poder central. A influência dos grupos internacionais, particularmente, na administração financeira do país, foi consideravelmente reduzida (Furtado, 1982, p. 22).

Em diferentes momentos de sua evolução até meados dos anos 1980, como efeito das injunções de políticas econômicas que ora enfatizavam a estabilização econômica ora privilegiavam os investimentos produtivos e o crescimento da atividade, o processo de industrialização consolidar-se-ia apenas nos anos 1960, acentuando as já bastante consideráveis desigualdades sociais. De fato, somente “no início dos anos 1960, o Brasil transformara-se em um país industrializado, ainda que permanecesse notoriamente subdesenvolvido” (Furtado, 1982, p. 33).

Como é que se sabe se o país se encontrava, àquela altura, industrializado? É que um “fato de não pequena significação, que marca este decênio [dos anos 1960], foi a ascensão do grupo industrial à posição de elemento hegemônico do sistema nacional de poder” (Furtado, 1982, p. 33-34). Celso Furtado chamará atenção para a “composição heteróclita do grupo industrial brasileiro”, que inclui um setor privado nacional, um poderoso setor privado *estrangeiro* e um outro setor formado de quadros superiores de empresas públicas (Furtado, 1982, p. 35).

Dado que a industrialização brasileira tem lugar em um contexto de subdesenvolvimento (Furtado, 1982, p. 77), esse grupo não constituirá uma típica *burguesia industrial nacional*:

Como a formação profissional, as fontes de informação, os padrões de consumo, em muitos casos, a carreira, enfim, o quadro cultural dos elementos dirigentes das empresas dos três setores indicados tendem a seguir os mesmos paradigmas, trata-se menos de emergência ou consolidação de uma burguesia nacional do que de implantação da nova burguesia internacional ligada ao capitalismo dos grandes conglomerados transnacionais (Furtado, 1982, p. 36).

Assim, o Brasil chegará aos anos 1960 na condição de economia industrializada. Não se trata de mero apêndice, seja de alguma outra atividade interna, seja da indústria mais dinâmica das economias centrais. Contudo, o grau de autonomia é reduzido, inexistindo margem para decisões que subordinem a indústria a um projeto de sociedade. Se, nos anos 1960, “já não [podia] haver dúvida de que o sistema industrial [constituía] [...] a espinha dorsal da economia do país” (Furtado, 1982, p. 34), tampouco pode haver dúvida de que a indústria brasileira não contribuía para o desenvolvimento pleno do país.

UMA FORMAÇÃO SOCIAL SEMIPERIFÉRICA DESORGANIZADA EM REGIÕES

Sugeriu-se, na longa seção anterior, que a colonização de que o Brasil foi objeto nos três primeiros séculos de sua existência projeta seus efeitos sobre o seu presente. Bastaria concordar com esta afirmação para se inferir que o Brasil não é uma formação social central. Mas, também não é uma formação periférica. O Brasil pode mais bem ser classificado na condição de formação semiperiférica. O que, a propósito, significa formação social semiperiférica?

Desde os estudos da CEPAL se tem convencido a distinguir economias centrais de periféricas. Usualmente, são consideradas centrais aquelas nas quais as decisões econômicas mais relevantes estão devidamente internalizadas. Já periféricas são as economias cuja autonomia decisória é bastante reduzida. A análise dos sistemas-mundo [world-systems analysis] introduziu esta terceira categoria, intermediária entre as duas mencionadas: economias semiperiféricas. De uma perspectiva relacional, estas últimas ocupam um espectro considerável na escala que tem a periferia num extremo e o centro no outro (Domingues, 2012; Lima, 2007; Lourenço, 2005). Assim, a aplicação do conceito de semiperiferia para o caso brasileiro parece adequada. Afinal, está-se na presença de uma formação social que exhibe alguns indicadores econômicos próximos dos de formações centrais; mas, ao contrário dessas, seus indicadores sociais são frágeis e sua autonomia decisória é reduzida.

Visto, pois, tratar de uma formação social semiperiférica, o Brasil compreende um território que abarca um conjunto de espaços subnacionais, as regiões, que são articulados por meio de fluxos de diversas naturezas. São tais fluxos que conectam as populações e as atividades produtivas. O Brasil, esta é a hipótese, sendo uma formação semiperiférica, permanece socialmente desigual e

geograficamente desorganizado em regiões, em espaços que se conectam, sobretudo, em função de decisões que escapam aos interesses da sociedade brasileira.

Cabe reiterar, aqui, que, pelo menos até fins do século XVII, a região responsável pela produção das riquezas que faria os portugueses estabelecerem o seu controle sobre a colônia, o Nordeste brasileiro (em especial, Bahia e Pernambuco), perderia o seu dinamismo com a entrada no mercado europeu do açúcar proveniente das Antilhas. O deslocamento de recursos para a região na qual se encontram as jazidas de ouro e diamante logo no início do século XVIII representará, simultaneamente, um enfraquecimento da antiga região canvieira e a ascensão do Centro-Sul do país como espaço econômico mais dinâmico (Prado Jr., 2000, p. 125).

Mesmo mais tarde, no período que cobre a “primeira república”, como reflexo das condições socioeconômicas então vigentes, que permaneciam favorecendo as exportações de produtos primários, sobretudo, café, em detrimento de um maior alargamento do mercado interno, as ligações entre as regiões do país ainda eram muito precárias⁵. A situação começaria a modificar-se no decênio dos anos 1930, como já foi referido. No entanto, o território seguia sendo (des)organizado em correspondência com os interesses das classes dominantes em cada fase do desenvolvimento brasileiro.

Em síntese: se no período colonial, as decisões eram tomadas pelos portugueses, durante o Império o poder decisório seria concentrado, progressivamente, em mãos dos produtores de café. Na segunda metade do século XX estabelecer-se-ia, então, o grupo de empresários industriais (estrangeiros e nacionais). E, nos últimos decênios, vêm ganhando poder imensurável o grupo de banqueiros e financistas⁶. Todavia, portaram-se, todos, até os dias de hoje, como sócios minoritários de interesses localizados longe do país em que mandam e enricam. Como se explica isso?

A situação de dependência e subordinação orgânica e funcional da economia brasileira com relação ao conjunto internacional de que participa, é um fato que se prende às raízes da formação do país [...] Economia de exportação, constituída para o fim de fornecer gêneros alimentícios e matérias-primas tropicais aos países e populações das regiões temperadas da Europa e mais tarde também da América, ela se organizará e funcionará em ligação íntima e estreita dependência do comércio ultramarino em função do qual se formou e desenvolveu (Prado Jr., 1981, p. 270).

Acrescente-se a isso que:

O Brasil, como os demais povos de sua categoria, não conta senão como massa inerte de manobra, não é senão parcela insignificante num todo imenso em que se dilui e desaparece. A sua vida econômica não é função de fatores internos, de interesses e necessidades da população que nele habita; mas de contingências da luta de monopólios e grupos financeiros internacionais concorrentes (Prado Jr., 1981, p. 279).

⁵ “O nível demográfico e econômico do país e o padrão de vida da sua população eram ínfimos. Isto ainda se agravava pela estrutura compartimentada das diferentes regiões brasileiras, largamente separadas umas das outras e desarticuladas pela falta de transportes. A orientação da economia brasileira, organizada em produções regionais que se voltam para o exterior, impedira a efetiva unificação do país e o estabelecimento de uma estreita rede de comunicações internas que as condições naturais já tornavam por si muito difíceis” (Prado Jr., 1981, p. 258).

⁶ “A antiga burguesia industrial [...] perdeu poder econômico e político durante [...] a década de 1990 [...] suas empresas foram vendidas ao capital estrangeiro, acossadas [...] pela política de abertura e de juros altos” (Boito Jr., 2006, p. 276).

Se se entender por sociedade brasileira mais do que sua “classe dirigente” (Furtado, 1982, p. 98), essa pequena elite que manda e enrica no país, portanto, se se considerar também a descendência dos indígenas, dos negros, dos brancos pobres e dos mestiços, que trabalham jornadas longas e vivem de rendimentos que mal propiciam sua reprodução, então há evidência que explica a continuidade da subserviência, a perpetuação da dependência, a perenidade da submissão⁷.

Um dos estrangulamentos que se continuam a manifestar-se no século XXI é o referente à indisponibilidade de terras brasileiras para a gente brasileira produzir no campo para toda a outra gente brasileira que já vive na cidade. A velha classe dominante de descendentes de senhores de escravos pode ter dado lugar a outras elites. Mas, como o indica a estrutura agrária absurdamente concentrada que ainda prevalece, o sentido de propriedade vigente no presente em muito pouco se diferencia daquele dominante no período colonial (Prado Jr., 1981, p. 334).

Quais são as possibilidades que, eventualmente, se têm aberto no Brasil para a desconcentração da estrutura agrária e a disponibilidade de terras para a reorganização da agricultura em função das necessidades e dos interesses da grande massa da população?

Quando se observa com uma ampla perspectiva a organização da agricultura brasileira, percebe-se claramente nela um elemento invariante, que é o sistema de privilégios concedidos à empresa agro-mercantil, instrumento de ocupação econômica da América Portuguesa. Esse sistema de privilégios [...] pode sobreviver em um país de terras abundantes e clima tropical graças a uma engenhosa articulação do controle da propriedade da terra com a prática da agricultura itinerante. A sua sobrevivência está assim diretamente ligada à persistência de formas predatórias de agricultura e é uma das causas primárias da extrema concentração da renda nacional (Furtado, 1982, p. 121-122).

Aí está, com efeito, uma dimensão das mais importantes do *subdesenvolvimento brasileiro*: a despeito da abundância de terras, o domínio de uma estrutura agrária que continua privilegiando a grande propriedade, mobilizada para o cultivo de bens para a exportação, impedindo que a massa da população tenha acesso a condições mínimas de sobrevivência. Da perspectiva do território brasileiro, os espaços nos quais as terras permanecem mais concentradas são aqueles do Norte/Nordeste, nos quais diminuiu a relevância das lavouras tradicionais. Será essa dinâmica, impulsionada a partir dos anos 1930 pela industrialização, que alimentará não apenas as desigualdades sociais que se perpetuam no país, mas também as disparidades inter-regionais (Furtado, 1977, p. 237-238).

Essa tendência não seria invertida na segunda metade do século XX, salvo em momentos curtos, em decorrência ou de influências externas ou de injunções de algumas poucas políticas com a preocupação de desconcentrar a atividade econômica. Um período durante o qual se verificou alguma desconcentração vai do fim dos anos 1970 ao início dos anos 1980. Contudo, seus resultados mais perceptíveis se limitaram ao Centro-Sul, no contexto de um polígono que se estende desde a região central do Estado de Minas Gerais até o nordeste do Estado do Rio Grande do Sul – onde se concentravam 75% do emprego industrial do país (Diniz; Crocco, 1998, p. 163).

⁷ “Pela vontade deles [do colonizador português e de seus sucessores], os índios, os negros e todos nós, mestiços deles, recrutados pela empresa colonial, prosseguiríamos na função que nos foi prescrita de proletariado de ultramar, destinado a produzir mercadoria exportável, sem jamais chegar a ser gente com destino próprio. Às vezes penso que continuamos cumprindo esse desígnio mesmo sem os portugueses, debaixo do guante da velha classe dominante de descendentes dos senhores de escravos que se seguiu a eles no exercício do poder e das novas elites cujo setor predominante é hoje o corpo gerencial das multinacionais. Os mesmos tecnocratas ainda meninos mas já aconselhando governos se aprofundando ainda mais no espontaneísmo do mercado e na irresponsabilidade social do neoliberalismo” (Ribeiro, 2012, p. 246-247).

De fato, a tendência à concentração regional de riquezas seria ainda mais acentuada em circunstâncias como a do agravamento da dívida externa a partir do início dos anos 1980, a da aceleração da inflação entre meados dos anos 1980 e meados dos anos 1990 e, principalmente, a do ajuste neoliberal requerido para o êxito do Plano Real na segunda metade dos anos 1990 (Furtado, 1999, p. 28). Desde então se pode entrever uma nova divisão inter-regional do trabalho, que emerge em decorrência da sucessão de políticas neoliberais aplicadas no Brasil, uma divisão inter-regional de trabalho contundentemente “marcada por grandes desigualdades e heterogeneidades inter e intra-regionais e por focos localizados de maior dinamismo econômico relativo no interior das cinco macrorregiões brasileiras” (Brandão; Oliveira, 2005, p. 384).

Um quadro mais atualizado revela um Brasil de dimensões continentais. Sua população alcançou 190,7 milhões de habitantes em 2010 (IBGE, 2010a), que se distribuem por mais de 8,5 milhões de quilômetros quadrados de área (IBGE, 2002). Entretanto, essa população se espalha de forma desigual pelas cinco grandes macrorregiões do país. A região Sudeste concentrava, em 2007, mais de 42% da população brasileira – assim como já acontecia no início dos anos 1990. As regiões com menores populações relativas, Centro-Oeste e Norte, foram aquelas que experimentaram maior incremento demográfico entre 1991 e 2007 em comparação com as demais (IBGE, 2007). Apesar desse crescimento, todavia, a densidade demográfica nessas regiões permanece bastante baixa. Isso se deve a que ao Norte cabe a maior área (mais de 45%), ao Centro-Oeste, a segunda maior. Em comparação, a população do Sudeste, a maior do país, vive na segunda menor área (menos de 11%), a esta correspondendo, assim, uma densidade bastante elevada em comparação com as demais regiões.

As diferenças acima indicadas refletem desigualdades socioeconômicas existentes *entre* as regiões – e, também, no *interior* delas. Dados os propósitos que aqui se tem em vista, limitar-se-á a atenção, aliás, breve, às disparidades socioeconômicas inter-regionais.

Em relação à distribuição geográfica da riqueza produzida no Brasil nos dois últimos decênios, no início dos anos 1990, o Sudeste era responsável pela geração de mais de 58% do Produto Interno Bruto, o Sul, por mais de 17%, de modo que em ambos se concentravam mais de $\frac{3}{4}$ da riqueza produzida no país. Ao longo do último decênio houve uma pequena variação em favor das regiões Centro-Oeste, Norte e Nordeste. No entanto, a essas macrorregiões, que compreendem mais de 82% do território, e onde vivem mais de 43% da população, cabiam, em 2008, apenas 27,4% do PIB brasileiro. Logo, é indiscutível que a capacidade de gerar riquezas ainda está fortemente concentrada no Sudeste brasileiro (IBGE, 2010b).

Em relação à geografia das condições de vida da população, dificilmente se poderia esboçar um quadro mais aproximado da situação brasileira. É certo que houve alguma redução nas desigualdades sociais, inclusive, nas disparidades inter-regionais ao longo dos anos 2000 e primeiros do presente decênio. Entretanto, considerada a imutabilidade das estruturas internas e da inserção passiva da economia brasileira na economia mundial, o quadro da situação social pode ter limitado suas modificações à superfície. Portanto, não o suficiente para deixar de ser uma formação social semiperiférica.

CONCLUSÃO: DESENVOLVIMENTO REGIONAL DESDE AS MARGENS

O propósito que se teve com este artigo era examinar o desenvolvimento regional no Brasil, uma formação social semiperiférica, no presente tempo histórico, dialogando-se com alguns dos intérpretes do chamado *pensamento social brasileiro*.

O Brasil de que se tratou nas linhas acima é, por inúmeras razões, uma formação social única. É um projeto que tem se realizado à revelia da gente que passaria a integrá-lo. Aliás,

a história do Brasil [...] dá nascimento à primeira civilização de âmbito mundial, articulando a América como assentamento, a África como a provedora de força de trabalho e a Europa como consumidora privilegiada e como sócia principal do negócio (Ribeiro, 2012, p. 279).

O Brasil de que se tratou nas linhas acima foi sendo forjando entre a brutalidade e a ganância do descobridor e a resistência da gente que nele acabaria vivendo. Por isso, se registra que:

O povo brasileiro pagou, historicamente, um preço terrivelmente alto em lutas das mais cruentas de que se tem registro na história, sem conseguir sair, através delas, da situação de dependência e opressão em que vive e peleja. Nessas lutas, índios foram dizimados e negros foram chacinados aos milhões, sempre vencidos e integrados nos plantéis de escravos (Ribeiro, 2012, p. 25).

No presente tempo histórico, o Brasil constitui uma formação social única também por manter intactas as estruturas produtoras de desigualdades sociais e disparidades regionais – um território desestruturado em regiões que permanecem se conectando privilegiadamente com os destinatários dos recursos de sua ainda exuberante natureza – ao longo dos mais de cinco séculos de sua existência. No presente tempo histórico, porém, também têm se manifestado com coragem os brasileiros que, desde as margens, ousam construir um país sem centros, sem periferias, sem semiperiferias, parecendo:

delinear-se, no horizonte aflito da sociedade prolongadamente desigual, a rebelião das margens. O representante da margem nunca é um marginal, no sentido urbano e incivilizado do termo. É antes alguém expelido pela máquina de trituração do centro (Portella, 2001, p. 461).

Talvez tenha, finalmente, chegado o tempo de os brasileiros das margens confrontarem as forças que se têm empenhado em interromper o processo histórico de formação de seu Estado-nação (Furtado, 1992), de superar o “mundo da repetição ou do grande sempre-outra-vez”, de bloquear o persistente fluxo do passado, com todas as suas mazelas, de impedir que o passado estenda “os conteúdos formais fechados provindos do que-já-se-efetivou” sobre “o que-ainda-não-veio-a-ser” (Bloch, 2005, p. 16).

REFERÊNCIAS

- BLOCH, Ernst. **Thomas Münzer**: teólogo da revolução. Trad. V. Chacon; C. A. Galeão. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1973.
- BLOCH, Ernst. **O princípio esperança** (vol. 1). Trad. Nélcio Schneider. Rio de Janeiro: Contraponto; Ed. UERJ, 2005.
- BOITO Jr., A. As relações de classe na nova fase do neoliberalismo no Brasil. In: G. CAETANO, G. (org.) **Sujetos sociales y nuevas formas de protesta en la historia reciente de América Latina**. Buenos Aires: CLACSO, p. 271-296, 2006.
- BRANDÃO. C. A.; OLIVEIRA, H. S. Divisão inter-regional do trabalho no Brasil dos anos 90: perdas de quantidade e qualidade nos investimentos, empregos e instrumentos de regulação. In:

- RIBEIRO, A. C. T. et al. (org.) **Globalização e território**: ajustes periféricos. Rio de Janeiro: Arquimedes; IPPUR, p. 355-389, 2005.
- DINIZ, C. C.; CROCCO, M. A. Reestructuración económica e impacto regional: el nuevo mapa de la industria brasileña. In: DE MATTOS, C. A. et al. **Globalización y territorio**: impactos y perspectivas. Santiago: PUC/Chile; FCE, p. 153-181, 1998.
- DOMINGUES, José Maurício. **Desarrollo, periferia e semiperiferia en la tercera fase de la modernidad global** (= Colección Sur-Sur). Buenos Aires: CLACSO, 2012.
- FERNANDES, Florestan. **Sociedade de classes e subdesenvolvimento**. 3 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.
- FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil**: ensaio de interpretação sociológica. 5 ed. São Paulo: Globo, 2005.
- FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. 15 ed. São Paulo: Nacional, 1977.
- FURTADO, Celso. **Análise do “modelo” brasileiro**. 7 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.
- FURTADO, Celso. **Brasil**: a construção interrompida. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- FURTADO, Celso. **O longo amanhecer**: reflexões sobre a formação do Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.
- FURTADO, Celso. Quando o futuro chegar. In: SACHS, I.; WILHELM, J.; PINHEIRO, P. S. (org.) **Brasil**: um século de transformações. São Paulo: Cia. das Letras, p. 418-429, 2001.
- HARVEY, David. **Spaces of global capitalism**: towards a theory of uneven geographical development. London; New York: Verso, 2006.
- IBGE. **Resolução Nº 05, de 10 de outubro de 2002**. Rio de Janeiro: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2002 (Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/areaterritorial/resolucao.shtm>; Acesso em 13 de março de 2011).
- IBGE. **Contagem da população 2007**. Rio de Janeiro: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2007 (Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/contagem2007/contagem.pdf>; Acesso em 13 de março de 2011).
- IBGE. **Censo 2010: população do Brasil é de 190.732.694 pessoas**. Rio de Janeiro: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2010a (Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=1766&id_pagina=1; Acesso em 13 de março de 2011).
- IBGE. **Sistema de contas nacionais, Brasil, 2004-2008**. Rio de Janeiro: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2010b (Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/contasnacionais/2008/publicacao2004_2008.pdf; Acesso em 13 de março de 2011).

- LIMA, Pedro Garrido C. Posicionamento no sistema mundial e semiperiferia. **Textos de Economia**, 10 (2), p. 58-85, 2007.
- LOURENÇO, André Luís Cabral de. Semiperiferia: uma hipótese em discussão. **Economia e Sociedade**, 14 (1), p. 177-186, 2005.
- PORTELLA, Eduardo. Modernidade no vermelho. In: SACHS, I.; WILHELM, J.; PINHEIRO, P. S. (org.) **Brasil: um século de transformações**. São Paulo: Cia. das Letras, p. 456-471, 2001.
- PRADO Jr., Caio. **Evolução política do Brasil e outros estudos**. 11 ed. São Paulo: Brasiliense, 1979.
- PRADO Jr., Caio. **História econômica do Brasil**. 26 ed. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- PRADO Jr., Caio. **Formação do Brasil contemporâneo: colônia** (= Grandes nomes do pensamento brasileiro). São Paulo: Brasiliense; Publifolha, 2000.
- RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. 3 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- SANTOS, Milton. **Espaço e método**. 5 ed. São Paulo: EDUSP, 2008.
- SMITH, Neil. **Desenvolvimento desigual: natureza, capital e a produção de espaço**, Trad. Eduardo de Almeida Navarro. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.